

12 abril 2019

Guiné, 1970 - Operação Mar Verde, a maior e mais complexa acção na Guerra do Ultramar

Um artigo de opinião pelo 2TEN FZ RN Serafim Lobato

A 22 de Novembro de 1970, uma esquadra da Marinha de Guerra Portuguesa realizou a maior e mais complexa operação de toda a guerra do Ultramar de 1961 a 1975, que teve a sua génese na ilha de Soga, no arquipélago guineense dos Bijagós e terminou em Conacri.

Depois de um período preparatório, que incluiu surtidas várias de uma Lancha de Fiscalização Grande (LFG) a águas territoriais do Senegal e Gâmbia para recolher oposicionistas da Guiné-Conacri e uma missão de reconhecimento ao porto de Conacri, antes da efectivação da missão. Naturalmente, além de vários meses de preparação militar aos oposicionistas envolvidos que decorreu na recatada ilha de Soga.

Toda a operação foi montada e organizada na Guiné- Bissau, sob a orientação do seu governador e Comandante-Chefe General António de Spínola e como Comandante executivo o então Capitão-tenente Alpoim Calvão, que liderava as Operações Especiais do Comando-Chefe.

A operação, de que não existem documentos oficiais que a possam factualizar, mas que o Marechal António de Spínola, em 1989, “autenticou”, em carta enviada ao CECA (Centro de Estudos das Campanhas de África), então dirigido pelo falecido general Themudo Barata, teve, como missão central e principal, realizar um golpe de Estado na Guiné-Conacri.



Vista de Conacri, numa das fotos tirada de uma das lanchas ao largo da baía

Segundo a carta do falecido marechal, os objectivos da missão eram dois: “a operação visava atingir dois objectivos. O primeiro de alta estratégia e de natureza externa com vista a apoiar a realização de um golpe de Estado na República da Guiné. O segundo de natureza interna visava o desmantelamento das instalações do PAIGC em Conacri, aprisionando Amílcar Cabral e a libertação de militares portugueses detidos nas prisões do PAIGC”.

Spínola assinala, ainda, na carta, que “o processo oficial sobre a Operação Mar Verde foi destruído”, acrescentando, todavia, que a escrita, em citações, da autoria do comandante Alpoim Calvão, no seu livro “De Conacri ao MDLP”, é “o único documento válido existente sobre a operação, reproduzindo fielmente o relatório que me foi entregue e que fazia parte integrante do processo destruído”.



Os indigitados Primeiro-Ministro (ferido) e Presidente da República da FNLG, no final da operação, a bordo da LDG «Montante», tendo ao lado o sargento enfermeiro

Será, pois, este trecho do comandante Calvão, do seu livro supracitado, que nos dará as principais informações para este artigo.

Assim, quatro Lanchas de Fiscalização Grandes, as LFG «Orion», LFG «Cassiopeia», LFG «Dragão» e LFG «Hidra» e ainda duas Lanchas de Desembarque Grandes, as LDG «Bombarda» e LDG «Montante» um Destacamento de Fuzileiros Especiais, o DFE 21, e uma Companhia de Comandos, ambos constituídos por africanos, várias dezenas de elementos “brancos” de outras unidades de elite bem como cerca de duas centenas de

elementos da oposição a Seku Turé, saíram da ilha de Soga ao princípio da noite de 20 de Novembro, rumando para Conacri. Constituíram o Task Group 27.2.

No total, com as guarnições dos navios, devem ter estado envolvidos cerca de 600 elementos. Deste modo, uma parte substancial dos principais navios, com as suas guarnições, bem como de uma fatia significativa de quadros e tropas especiais da Armada, foram empenhados nesta operação que adquiriu, na altura, a de maior estruturação em complexidade e impacto internacional.

Nesta operação, participaram vários oficiais que provieram ou, simplesmente, pertenceram aos quadros da Reserva Naval.



Parte do grupo invasor (Portugueses e FNLG) a bordo da LDG «Montante»

Assim, o comandante do DFE 21 era o então primeiro-tenente fuzileiro especial dos Quadros Permanentes Raul Cunha e Silva, 7º CEORN, o seu oficial imediato era o então 2TEN FZE RN José Carlos Falcão Lucas, 13º CFORN, já falecido (na ocasião, este DFE apenas tinha estes dois oficiais operacionais, já que o imediato e o quatro oficiais, estavam em fase de substituição, após o primeiro ter sido ferido, gravemente, em combate e o outro sofrido um acidente em serviço).

No grupo operacional de oficiais fuzileiros participou ainda o 2TEN FZE RN Benjamim Lopes de Abreu, 10º CFORN, que seria o futuro imediato do DFE 22, que estava então em fase de constituição.

Como oficiais das guarnições dos navios participantes na operação, registe-se, ainda, a presença, como imediatos, os oficiais da Reserva Naval, 2TEN RN

Paiva Pacheco, NRP «Cassiopeia»; 2TEN RN Nuno Vaz, NRP «Dragão» e 2TEN RN Ferreira Marques, NRP «Bombarda», todos do 13º CFORN.



Da esquerda para a direita: 2TEN RN Ferreira Marques, 2TEN RN Nuno Vaz e 2TEN RN Paiva Pacheco, durante a viagem inaugural da LDG «Bombarda» para a Guiné

Participou ainda, como oficial operacional um outro FZE, proveniente de uma outra Reserva, a Marítima, o então jovem oficial da Reserva Naval 2TEN FZE RN Alberto Rebordão de Brito, que viria a ser o futuro comandante do DFE 22 depois de integrar os Quadros Permanentes no posto de 1.º Tenente. Foi um dos quatro membros da Armada Portuguesa condecorados com a medalha de Torre e Espada por feitos em combate na guerra ultramarina (já falecido).

A operação, propriamente dita começou cerca da 01:30 de 22 de Novembro de 1970. Já no porto de Conacri, os navios da Armada largaram botes, com destino a terra, com as forças especiais de comandos e fuzileiros negros e os opositoristas ao regime da Guiné-Conacri.



Foto tirada a bordo da LDG «Montante», antes da operação ser iniciada, vendo-se da esquerda para a direita: Vieira Pita (Oficial Imediato), o PM indigitado, Costa Correia (Comandante) e os indigitados Presidente da República e Ministro da Informação e um Oficial Médico do Exército

O navio-almirante da operação era a LFG «Orion», onde estava embarcado o comandante operacional da “Mar Verde” Alpoim Calvão.

As primeiras acções do desembarque viraram-se para as lanchas rápidas do PAIGC, atracadas no porto, que, segundo os relatórios entregues ao comandante Alpoim Calvão, teriam sido destruídas. Após movimentações dentro da capital guineense, com alguns combates e muitos mortos: teriam sido abatidos entre 400 a 600 soldados e habitantes de Conacri, o comandante operacional ordenou a retirada cerca das 04:30.

Na prática, todos os grupos destacados regressaram a bordo, com excepção de um pelotão da companhia de comandos africanos, chefiado por um oficial experiente, Tenente Januário, que se teria entregue ou perdido, e, posteriormente, capturado.

Foram eles que, em entrevista, confessaram – e, deste modo, deram a conhecer ao Mundo – que o ataque a Conacri fora uma operação mandada executar pelo governador e comandante-chefe da Guiné António de Spínola.

A informação que até agora foi referida é que todo o pelotão foi mandado fuzilar, mais tarde, pelo Presidente Sekou Touré.

Na operação Mar Verde, as tropas portuguesas sofreram três mortos , entre eles um alferes do Continente, de apelido Ferreira e, pelo menos, três feridos graves. A grande maioria dos opositoristas guineenses, que ficaram no terreno, foi, mais parte, capturada ou morta. Os seus principais líderes foram reembarcados.

O objectivo central estratégico da operação, o derrube de Touré, não foi conseguido. Embora o grupo destacado para atingir o palácio presidencial, e residência de Turé, Villa Sally, tivesse conseguido entrar e tomarem os imóveis, não encontraram, todavia, o Chefe de Estado da Guiné-Conacri.



Prisioneiros portugueses na cadeia “La Montaigne” em Conacri, em foto tirada antes da invasão

Alguns dos locais de apoio do PAIGC, igualmente, foram atingidos, mas nenhum dirigente de topo foi capturado. O seu secretário-geral Amilcar Cabral estava, aliás, ausente de Conacri, em visitas no estrangeiro e isso era do conhecimento da imprensa internacional.

Também foi tomado o aeroporto de Conacri, mas o objectivo desta missão, a destruição dos aviões MIG, não foi alcançado, pois as aeronaves não se encontravam no local.

Os grupos destacados para atacar a central eléctrica, que abastecia a cidade, conseguiram efectuar a sua missão, mas colocaram a cidade às escuras, o que provocou desorientação em certas movimentações, já que foram efectuadas já noite cerrada. Finalmente, os membros do comando que deveriam tomar a principal emissora-rádio fracassaram na sua missão.

De entre os objectivos secundários, a libertação dos prisioneiros portugueses, em número de 26, todos do contingente continental europeu, que estavam na prisão La Montaigne, do PAIGC, foi o único sucesso, plenamente conseguido.



Já de regresso à ilha de Soga, na proa da LFG "Dragão", em franco convívio, prisioneiros recém-libertados e elementos da guarnição daquele navio

O desfecho da operação Mar Verde, que teve um planeamento considerado excepcional para a sua complexidade, e, do ponto de vista estrito de missão interna, pode ser apelidada de “rigorosamente executada” teve, no entanto, repercussões gravosas para o Estado português, que se viu condenado nas instâncias supremas da ONU, incluindo os próprios Estados Unidos da América.

Alpoim Calvão assinala, no seu livro, que “o insucesso do Golpe de Estado se ficou a dever à manifesta carência de informação que falhou completamente no que toca à presença da aviação de caça em Conacri e aos apoios activos internos que não existiam ou, se existiam, não se concretizaram”.

Na realidade, hoje, existem informações, de várias fontes, que apontam que Ahmed Seku Turé teria sido “avisado” antecipadamente de que Portugal estaria a preparar, para aquela data, um ataque à Conacri. E estas fontes tanto teriam sido provenientes da antiga União Soviética, que vendeu as armas utilizadas na invasão, como de serviços secretos ocidentais, que não gostavam da “concorrência” portuguesa em áreas de influência de antiga potência colonial.

Na lógica do secretismo interno, a “Mar Verde” foi bem executada. Na realidade, quer as guarnições dos navios, quer as unidades das tropas especiais portuguesas nela envolvidas, nada souberam da missão a não ser no dia anterior à sua efectivação. E isto, apesar dos inícios preparatórios da operação terem começado em Janeiro de 1970.

Mas, foi, precisamente, na véspera da partida, quando o comandante operacional dá a conhecer o objectivo aos principais oficiais nela participantes, que começaram a surgir problemas. Ora, a “Mar Verde” esteve para ser abortada então. Alguns oficiais contestaram o facto de realizar uma operação

“clandestina” para derrubar o Chefe de Estado de um país, com quem Portugal não estava em guerra.

No seu livro, Alpoim Calvão descreve o sucedido em três parágrafos, mas o que se passou a bordo, naquele momento, atingiu as proporções de motim. Quando Calvão efectuava o briefing final, o então supervisor da Companhia de Comandos Africanos major de cavalaria Leal de Almeida considerou ser “contra a ética militar” a efectivação de ataque a um país que não estava em guerra contra o Estado português.



Conacri, ao longe. Uma foto tirada já no final da operação

Foi-lhe dada voz de prisão e mandado apresentar ao comandante-chefe. Ora, esta posição teve eco em grande parte do corpo de oficiais da companhia de comandos. Assim, o capitão do recrutamento da província João Bacar Djaló, que comandava, operacionalmente, a companhia de comandos africanos, também questionou a razão da missão, bem como os principais oficiais, incluindo o tenente Januário.

Após uma reunião com o general Spínola, o major Leal Almeida esteve, no entanto, presente no desembarque em Conacri, mas não acompanhou os seus homens no terreno. Ameaças de conselho de guerra forçaram os comandos africanos a seguir para Conacri e o facto de Djaló se prontificar a continuar na operação “neutralizou um pouco a desmoralização incipiente”, reconheceu Calvão.

Este não foi caso único. O comandante da LDG «Montante» primeiro-tenente Costa Correia no “briefing” com os comandantes dos navios, igualmente, questionou o facto de preparar numa acção a um país estrangeiro, com o qual não havia estado de guerra.

Participou na acção, mas emitiu a sua posição, oficialmente, no “Diário Náutico”, que ainda hoje não é de acesso público. Actualmente, são

conhecidos dados e factos mais amplos da montagem e planeamento de operação Mar Verde.

Principalmente, as suas consequências políticas e a clivagem que existiu no próprio governo de Marcelo Caetano face à sua efectivação. Para os investigadores e analistas históricos, a operação “Mar Verde” foi um insucesso, pois, em vez de enfraquecer a capacidade de apoio logístico ao PAIGC por parte da Guiné-Conacri, este impulsionou-se, até porque, em grande medida, a resistência castrense, minimamente organizada que surgiu aos atacantes portugueses partiram de guerrilheiros, que assim contribuíram para manter Turé no poder.

Claro que tal facto trouxe desconfianças grandes entre Amílcar Cabral e o Chefe de Estado guineense, pois o Exército deste último, praticamente, não funcionou. Sob o ponto de vista restrito, minimamente militar, a operação foi relativamente bem sucedida. Verificou-se que era possível “projectar” forças até uma distância relativamente grande, com base na surpresa e na eficácia da acção naval, com forças especiais bem treinadas.

E retirar em relativa acalmia.

Ora, este aspecto não teve continuidade, nem conseguiu inverter a relação de forças no terreno. Além do mais, internacionalmente, cresceu o apoio castrense e diplomático ao PAIGC, mesmo em países ocidentais. Com o consequente isolamento internacional de Portugal.

Serafim Lobato
2TEN FZ RN
14º CFORN

Fontes:

Texto adaptado e publicado na revista n.º 18 da AORN-Associação dos Oficiais da Reserva Naval, Outubro de 2010; fotos cedidas por cortesia do CMG Luis Costa Correia, então 1.º Tenente e comandante da LDG «Montante» e do 2TEN RN João Manuel Nuno Vaz, então oficial imediato da LFG «Dragão», 13.º CFORN;

mls